

**ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS E TURISMO RURAL  
NO RIO GRANDE DO SUL**

**Sergio Schneider**

**Marco Antônio Verardi Fialho**

Trabalho apresentado no II Congresso Internacional Sobre Turismo Rural e  
Desenvolvimento Sustentável, 09 a 12 de maio de 2000 – Centro de Eventos  
do Hotel Morotin – Santa Maria/RS

e publicado:

ALMEIDA, J. A. , RIEDL, M (orgs) Turismo Rural: ecologia, lazer e  
desenvolvimento. 1ª ed. Bauru : EDUSC, 2000, p. 14-50.

.....

# ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS E TURISMO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL

**Sergio Schneider<sup>1</sup>**  
**Marco Antônio Verardi Fialho<sup>2</sup>**

## Resumo

O trabalho discute a emergência das atividades não agrícolas no espaço rural do Rio Grande do Sul e busca perceber em que medida estas novas formas de ocupação podem estar relacionadas com o desenvolvimento das atividades ligadas ao turismo rural. A partir dos dados extraídos da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) apresenta-se um detalhamento dos ramos e setores, bem como das principais ocupações em atividades não agrícolas da população economicamente ativa rural. Na segunda parte, o trabalho focaliza o turismo no meio rural pelo ângulo das possibilidades de geração de empregos e expansão do mercado local de trabalho. No terceiro item são explorados os efeitos do turismo rural sobre o meio ambiente e a economia, apresentando-se algumas considerações introdutórias sobre seus possíveis efeitos nos espaços locais. Na última seção é exposto o Projeto de Desenvolvimento do Turismo Rural Sustentável da cidade de Dois Irmãos, iniciativa de uma pequena cidade situada na Encosta da Serra do Rio Grande do Sul. Nas conclusões são indicados alguns aspectos que podem contribuir para o desenvolvimento do turismo no Estado à luz do desempenho geral favorável das atividades não agrícolas no espaço rural.

## Introdução

A partir de meados da década de 1990, as discussões e pesquisas em torno das formas de ocupação da força de trabalho nos espaços rurais do Brasil passaram a incorporar o temas das atividades não agrícolas e da pluriatividade. Alguns autores, focalizaram com maior ênfase o comportamento das unidades familiares atribuindo a combinação ou complementaridade entre atividades agrícolas e não agrícolas fosse uma estratégia de reprodução típica destas unidades (Schneider, 1994, 1999a; Anjos, 1995; Carneiro, 1998). Contudo, as pesquisas mais recentes desenvolvidas por Graziano da Silva incumbiram-se

---

<sup>1</sup> Sociólogo, Mestre e Doutor em Sociologia. Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: [schneide@vortex.ufrgs.br](mailto:schneide@vortex.ufrgs.br)

<sup>2</sup> Economista, Mestrando em Economia Rural pelo CPGER/UFRGS. E-mail: [marcovf@vortex.ufrgs.br](mailto:marcovf@vortex.ufrgs.br) ou [marcovf@bol.com.br](mailto:marcovf@bol.com.br)

de demonstrar que a presença das atividades não agrícolas na estrutura agrária brasileira havia assumido proporções bem mais significativas, apontando para a generalização dessas formas de ocupação em todas os tipos de categorias sociais presentes no campo. Segundo os dados levantados pelo autor, nos anos noventa, as pessoas residentes em áreas rurais do Brasil e ocupadas em atividades não agrícolas cresceram a uma taxa de 2,5% ao ano, proporção superior ao desempenho da população economicamente ativa (PEA) ocupada em atividades agrícolas, que no mesmo período caiu 2,2% ao ano (1999; Graziano et alii 1996).

Os dados extraídos da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), realizada pelo IBGE, mostram que no ano de 1997 havia mais de 4 milhões de pessoas com domicílio rural no Brasil que estavam ocupadas nessas atividades não agrícolas<sup>3</sup>. Na região Sul do Brasil este fenômeno também é significativo havendo, em 1997, no conjunto dos três Estados a presença de 763 mil pessoas ocupadas em atividades não agrícolas, de um total de 2,8 milhões de pessoas domiciliadas no meio rural. Da mesma forma como no resto do país, no período de 1992 e 1997, os ocupados em atividades não agrícolas na região Meridional cresceram a uma taxa de 3,9% ao ano ao passo que os ocupados nas atividades agrícolas observaram uma expressiva queda de 4,1% no mesmo período. Já no Estado do Rio Grande do Sul estas proporções registram uma queda de 2,8% ao ano nas atividades agrícolas e aumento de 1,7% ao ano nas atividades não agrícolas<sup>4</sup>.

Embora não conclusivos, estes dados vêm contribuindo para romper com o reducionismo das concepções arraigadas à idéia de que o espaço rural se resume ao conjunto das atividades ligadas, de um modo ou outro, à agricultura e à pecuária, percepção essa fortemente sedimentada inclusive nos ambientes acadêmicos. Outro aspecto a ser ressaltado, é que estes estudos parecem ampliar a agenda de temas de pesquisas dos cientistas sociais preocupados com o estudo do emprego e das formas de ocupação das populações rurais. Além disso, a julgar pelo debate recente entre alguns autores, a constatação da emergência das atividades não agrícolas vêm estimulando um conjunto de

---

<sup>3</sup> Maiores informações sobre a utilização da PNAD como base de dados podem ser encontradas em Del Grossi (1999).

<sup>4</sup> As taxas anuais de crescimento da PEA rural agrícola, não agrícola e urbana, do Rio Grande do Sul e do Brasil, encontram-se na Tabela 1, a seguir.

reflexões sobre as características deste “novo” rural bem como sobre suas potencialidades de desenvolvimento<sup>5</sup>.

O objetivo do presente trabalho é apresentar algumas dimensões da emergência das atividades não agrícolas no espaço rural do Rio Grande do Sul e buscar perceber em que medida estas novas formas de ocupação podem estar relacionadas com o desenvolvimento das atividades ligadas ao turismo rural. Trata-se, portanto, de uma reflexão sobre as ocupações não agrícolas da população com domicílio rural seguida de um detalhamento sobre os ramos e setores de atividades bem como as principais ocupações da PEA rural que apresentaram um desempenho favorável no período compreendido entre 1981 e 1997. Na segunda parte, o trabalho recolhe algumas informações sobre a atividade econômica do turismo no meio rural, focalizando-a pelo ângulo das possibilidades de geração de empregos e expansão do mercado local de trabalho. Na terceira parte são explorados os efeitos do turismo rural sobre o meio ambiente e a economia local, apresentando-se algumas idéias e indicações que podem ser úteis para dirimir ou amenizar os impactos do desenvolvimento destas atividades sobre as populações que habitam em áreas rurais. Na última seção é apresentado o Projeto de Desenvolvimento do Turismo Rural Sustentável da cidade de Dois Irmãos, iniciativa local de uma pequena cidade situada na Encosta da Serra do Rio Grande do Sul (pertencente à região metropolitana).

## **1. Panorama das Atividades Rurais Não Agrícolas no Rio Grande do Sul**

Nas últimas três décadas, a agricultura gaúcha, como de resto a dos demais Estados Meridionais do Brasil, conheceu um desenvolvimento econômico sem precedentes em sua história. Esse desenvolvimento, tal como ocorreu na maior parte dos países desenvolvidos caracterizou-se, sobretudo, pelo incremento de novas tecnologias, pela utilização em larga escala de insumos e máquinas industriais e pelas alterações biogenéticas, mediante a

---

<sup>5</sup> Entre os autores referidos pode-se citar o próprio Graziano da Silva (1997) e, também, Kageyama (1998); Wanderley (1997), Carneiro (1997) e Schneider (1999b).

introdução de variedades de plantas e animais de alto rendimento. Como resultado, obteve-se um extraordinário crescimento da produtividade agrícola, especialmente na produção de grãos como soja, arroz e milho, que tiveram uma redução da área plantada e um aumento da quantidade colhida.

Segundo dados da Fundação Economia e Estatística, entre 1990 e 1998 o setor agropecuário do Rio Grande do Sul registrou uma taxa média de crescimento de 2,4% ao ano, sendo que somente as culturas de lavoura acusaram um aumento de 12,4% no último ano de 1999. Em 1980 o Rio Grande Sul registrava uma área de cerca de 8 milhões de hectares ocupados com grãos, que produziam cerca de 12,3 milhões de toneladas. Em 1995, no entanto, a área plantada com grãos havia sido reduzida para 6,3 milhões de hectares, mas a produção elevou-se para 17,3 milhões de toneladas. Segundo estudos recentes, entre 1985 e 1995 houve uma redução de 904 mil hectares da superfície cultivada com grãos no Estado, estimando-se que aproximadamente um terço dessa área foi abandonada em regiões de pequenas propriedades, como o Alto Uruguai, onde predomina o cultivo da soja e do milho (Benetti, 1999). Portanto, em 15 anos verificou-se um aumento de 78% no rendimento físico dessas lavouras, passando-se de 1,53 tonelada por hectare para 2,72, perfazendo um aumento de 41% na produção total e uma redução da ordem de 20,4% na área cultivada.

Conforme apontado em outro trabalho, esse processo de transformação estrutural pode ser dividido em três fases distintas (Schneider e Navarro, 1999). O primeiro desses períodos, promoveu a modernização produtiva, iniciada na década de 1970, quando os governos militares empreenderam uma inédita transformação de algumas regiões agrárias brasileiras. Esgotada essa primeira fase de mudanças, simbolizada pelo ano de 1981, quando foram modificadas as normas financeiras, os anos seguintes foram marcados por uma dinâmica de ajustes macroeconômicos, que teve como resultado a deterioração dos aparatos institucionais ligados ao mundo rural, além da incapacidade financeira crescente do Estado em manter mecanismos de estímulo e/ou sustentação da agricultura similares ao período anterior. O período recente, por sua vez, introduziu outros contornos econômicos e políticos, com o forte recuo do intervencionismo estatal e intensas modificações sociais e produtivas decorrentes, em larga medida, da liberalização comercial, cujos desafios e impasses provavelmente são em magnitude sem precedentes.

Os efeitos sociais resultantes dessas mudanças variaram de região para região e pode-se arrolar, entre outros, uma forte modificação demográfica no meio rural, com a diminuição constante do número das famílias dedicadas às atividades propriamente agrícolas, o que repercutiu sobre a estrutura de ocupação força de trabalho rural do estado do Rio Grande do Sul. Considerando-se o conjunto da população rural gaúcha em idade ativa (PIA-rural) registra-se uma redução absoluta de quase 500 mil pessoas (mais precisamente, 492 mil), no período entre 1981 e 1997.

TABELA 1. Rio Grande do Sul e Brasil. Taxas de crescimento da população em idade ativa (PIA) com 10 anos ou mais, ocupada e não ocupada, segundo o local de domicílio e o setor de atividade, 1981-1997 (1000 pessoas)

Taxas de crescimento (% a.a.)		1981/92 <sup>a</sup>		1992/97 <sup>b</sup>	
		RS	BR	RS	BR
Urbana		2,9***	3,0***	2,2***	2,4***
Rural		-2,0***	-0,2*	-0,6*	0,5***
PEA Rural ocupada	Agrícola	-1,7***	0,4***	-2,8***	-2,2***
	Não agrícola	0,7	1,2***	1,7	2,5**
PEA Rural não ocupada	Não ocupados ou Procurando emprego	4,7*	7,6***	17,8***	7,4***
	Aposentados	-1,4	1,9***	6,4**	6,4***
	Outros	-4,7***	-2,0***	-0,4	1,7*

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do I.E./ UNICAMP, Projeto Rurbano (Tabulações Especiais).

a) teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

b) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

\*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Ao analisar, retrospectivamente, essa década e meia de mudanças, pode-se associar a diminuição absoluta da população rural aos impactos da intensa modernização tecnológica e produtiva da década de setenta, que desenvolveu-se em quase todas as regiões rurais do Rio Grande do Sul e em alguns outros estados do Brasil. Embora esse processo tenha diminuído sua intensidade com o esgotamento dos mecanismos financeiros que lhe deram origem, ainda assim nos anos mais recentes seguiu seu itinerário transformador, concentrando-se em algumas áreas e em algumas atividades produtivas. O processo de modernização implicou, no Rio Grande do Sul, em visível redução de postos de trabalho,

com a eliminação das formas transitórias de trabalho antes vigentes, como o pequeno arrendamento, a parceria e o trabalho de agregados nas propriedades maiores antes dedicadas principalmente (como atividade propriamente comercial) à triticultura, posteriormente o mesmo acontecendo na principal zona de produção da soja, o chamado Planalto Médio.

Nesse contexto, a migração para as cidades tornou-se quase que a única alternativa existente, particularmente em direção ao Vale dos Sinos, região próxima a Porto Alegre, tendo como centro irradiador a cidade de Novo Hamburgo, que na década de 1980 tornou-se um dos principais centros produtores de calçados (principalmente femininos) do país, setor fortemente exportador (Schneider, 1994; 1999a). Os movimentos migratórios, contudo, nos anos oitenta, não podem ser comparados com aqueles da década anterior, pois o crescimento da economia gaúcha reduziu-se e freou decisões migratórias como, aliás, indicam as taxas diferenciadas de desempenho da PEA rural e urbana do Rio Grande do Sul, expostas na Tabela 1. No auge da modernização da agricultura gaúcha, nos anos setenta, os movimentos populacionais foram intensos, quando a população residente em regiões rurais reduziu-se em 15% em apenas dez anos, situação que não mais se repetiria nos anos seguintes, em face da citada perda de dinamismo da economia do Estado.

Essas transformações na economia gaúcha, e no meio rural em particular, tornam-se ainda mais evidentes quando se compara, na Tabela 1, apenas a população rural economicamente ativa ocupada em atividades agrícolas e não agrícolas. Registra-se claramente, nesse exame, a queda mais do que proporcional dos ocupados em atividades agrícolas, que em 1981 somavam 1.160.800 mas em 1992 esse número baixou para 964.000 e em, 1997, chegou a 815.200, muito embora a participação relativa no período tenha se mantido em torno de 70%.

Os dados apresentados apontam algumas das mudanças da estrutura ocupacional da força de trabalho do mundo rural gaúcho, que parecem indicar a lenta formação de postos de trabalho e variadas formas de ocupação que não estão estritamente ligadas as atividades agrícolas, mas situadas em ambientes definidos como rurais. O que se pretende, a seguir, é apresentar um conjunto de informações sobre o desempenho da força de trabalho residente nessas áreas rurais, porém ocupada em atividades não agrícolas. Estas informações serão detalhadas segundo os principais ramos de atividades, pelos setores que compõem estes

respectivos ramos e segundo o conjunto das ocupações mais importantes das pessoas declaradas economicamente ativas.

### **1.1. Os Principais Ramos de Atividades Não agrícolas**

Entre os principais ramos das atividades não agrícolas da população economicamente ativa com domicílio rural, destaca-se o ramo da indústria de transformação que entre 1981 e 1992 cresceu 2,9% ao ano, mantendo uma participação ao redor de 7,7% do total da PEA rural ocupada em atividades não agrícolas. Em geral, esse ramo é composto pelas pequenas unidades semi-industriais processadoras de produtos agropecuários, como as agroindústrias avícolas e suinocultoras e também os laticínios de pequeno porte. Um outro aspecto a ser ressaltado é que neste ramo de atividades não agrícolas são também incluídos os setores industriais que ocupam esta mão-de-obra com domicílio rural.

Ainda que a PNAD, por suas limitações metodológicas, não permita uma separação por regiões em uma mesma unidade federativa (no caso o Estado do Rio Grande do Sul) é possível afirmar, com base em outros trabalhos, que o fenômeno da pluriatividade das famílias rurais, decorrente do assalariamento de seus membros em indústrias como a coureiro-calçadista, a de madeiras, a de alimentos e outras, provavelmente também reflete os indicadores acima apurados (Schneider, 1994; 1999a). Até porque, observando-se o desempenho geral da indústria da transformação gaúcha nas duas últimas décadas, percebe-se que nos anos oitenta (malgrado ter sido definida como a “década perdida” pelos analistas nacionais) houve considerável expansão dos setores calçadista, do fumo e da alimentação; ao contrário do que se verifica nos anos noventa, que foi de crise e depressão nestes setores, pois foram fortemente atingidos pela abertura comercial promovida pelo Governo Collor e, depois, a partir de meados da década, pela política cambial patrocinada pelo Plano Real. Conforme mostra a Tabela 2, em seguida, os dados sobre a ocupação da força de trabalho

neste ramo, mesmo separando apenas aquelas pessoas com domicílio rural, parecem confirmar este desempenho.

Outro ramo que se destaca é o da prestação de serviços, que aumentou sua capacidade ocupacional em mais de 20 mil postos entre 1981 e 1997, chegando a crescer a uma taxa de 3% ao ano na década de 1990, o que indica, talvez, a maior diversidade de atividades nos ambientes rurais, não necessariamente relacionadas ao setor agrícola propriamente dito. Juntos, os ramos da indústria de transformação e da prestação de serviços representavam, em 1997, quase 15% da PEA ocupada em atividades não agrícolas.

TABELA 2. Rio Grande do Sul. Ramos de atividades não agrícolas da PEA ocupada de 10 anos ou mais residente em domicílios rurais, 1992-97 (1000 pessoas)

Principais Ramos de Atividade	Rio Grande do Sul			Taxas de crescimento (% a.a.)	
	1981	1992	1997	1981/92 <sup>a</sup>	1992/97 <sup>b</sup>
Indústria da transformação	62,6	85,7	90,1	2,9 **	-1,3
Indústria da construção	31,5	22,1	34,1	-3,2 *	6,2
Outras atividades industriais	23,9	15,7	10,4	-3,8 *	-1,3
Comércio de mercadorias	29,5	31,4	33,4	0,6	3,2
Prestação de serviços	62,1	77,5	83,1	2,0	3,0 *
Serviços auxiliares atividade econômicas	4,0	3,1	8,4	-2,4	19,1 **
Transporte e comunicação	13,5	8,6	11,5	-4,0 *	7,4 *
Ramo social	32,5	33,2	33,0	0,2	-2,9
Administração pública	11,6	16,0	16,7	3,0	2,1
Outras atividades	5,3	3,8	3,5	-3,0	3,1
TOTAL	276,5	297,1	324,1	0,7	1,7

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do IE/UNICAMP, Projeto Rurbano (Tabulações Especiais).

a) teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

b) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

\*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

A exceção em relação ao comportamento dos ramos das atividades não agrícolas da PEA rural ocupada ocorreu, de fato, no ramo dos serviços auxiliares de atividades econômicas, que entre 1992 e 1997 cresceu 19,1% ao ano, e no ramo dos transportes e da comunicação, que registrou um aumento de 7,4% ao ano no mesmo período, invertendo, inclusive, a tendência negativa verificada na década anterior. Esse desempenho parece indicar que atualmente as atividades econômicas que mais crescem no espaço rural gaúcho são aquelas associadas ao setor de serviços, quer sejam pessoais ou outros. Em razão disso, não é difícil compreender porque as pessoas que estão domiciliadas no meio rural buscam de forma crescente mecanismos para aproximar-se do padrão de vida urbano. Nesse

sentido, os transportes e os veículos de comunicação vêm desempenhando um papel muito significativo.

## 1.2. Os Setores de Atividades e as Principais Ocupações Não Agrícolas da PEA Rural

A verificação de que nas últimas décadas foram as atividades não agrícolas que contribuíram para manutenção do emprego e da ocupação no espaço rural nos leva a buscar um refinamento interpretativo para este fenômeno<sup>6</sup>. Desde o início da década de 1980, o emprego doméstico e a construção foram os setores que ocuparam a maior parte da população rural em atividades não agrícolas, situação que se manteve praticamente inalterada até 1997, conforme assinalado na Tabela 3, a seguir. Embora a maior parte das taxas anuais de crescimento dos principais setores de atividades da PEA rural não agrícola do Rio Grande do Sul não sejam suficientemente significativas para se analisar seu desempenho no período, deve-se ressaltar que o índice de crescimento de 2,0% ao ano, que se atribui ao conjunto dos setores na década de 1990, é indício fortemente significativo e revelador da tendência positiva de seu desempenho.

Tabela 3. Rio Grande do Sul. Principais setores de atividades da população com domicílio rural ocupada em atividades não agrícolas, 1981-1997 (1000 pessoas)

SETORES	1981		1992		1997		Taxa de crescimento (% aa.)	
	(1000)	(%)	(1000)	(%)	(1000)	(%)	1981/92 <sup>a</sup>	1992/97 <sup>b</sup>
Emprego doméstico	36,3	13,1	45,1	15,2	46,6	14,4	2,0	1,4
Construção	31,5	11,4	22,1	7,4	34,1	10,5	-3,2 *	6,2
Estab. ensino público	24,3	8,8	26,9	9,1	20,4	6,3	0,9	-6,9
Comércio alimentos	16,2	5,9	10,0	3,4	13,2	4,1	-4,3 *	9,7
Indústria alimentos	9,6	3,5	7,7	2,6	15,1	4,7	-2,0	12,2 ***
Indústria transformação	17,3	6,3	9,7	3,2	7,0	2,2	-5,2 ***	-10,5 *
Restaurantes	6,0	2,2	5,5	1,9	9,1	2,8	-0,7	12,4
Alfaiataria	10,4	3,8	8,8	3,0	6,2	1,9	-1,5	2,0
Administração municipal	2,5	0,9	8,2	2,8	8,0	2,5	11,4 ***	3,0
Comércio ambulante	2,2	0,8	4,3	1,5	2,7	0,8	14,7 ***	-4,1

<sup>6</sup> Cabe observar que existe uma distinção entre os ramos e os setores de atividades, pois um mesmo setor pode englobar várias ocupações diferentes de um único ramo como é o caso, por exemplo, do ramo da prestação de serviços da Tabela 2, em anexo, que incorpora os setores do emprego doméstico, dos restaurantes, das alfaiatarias e da assistência técnica em veículos da Tabela 3.

Indústria de madeiras	6,9	2,5	5,6	1,9	3,8	1,2	-1,9	-1,6
Transporte de carga	7,8	2,8	5,0	1,7	4,0	1,2	-3,9	-1,5
Assist. técnica - veículos	4,7	1,7	3,6	1,2	9,0	2,8	-2,4	15,8 **
Sub-Total	175,7	63,5	162,5	54,7	179,1	55,3	-0,4	2,0 **
PEA NÃO AGRÍCOLA	276,5	100	297,1	100	324,1	100	0,7	1,7

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/UNICAMP

a) teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

b) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

\*, \*\*, \*\*\* significam respectivamente 20%, 10% e 5%.

Em relação a alguns setores específicos pode-se destacar o crescimento positivo do setor da indústria de alimentos (12,2%) e da assistência técnica em veículos (15,8%) com índices altamente expressivos entre os anos 1992 e 1997. Já na década de 1980 o melhor desempenho fica por conta do setor da administração municipal (11,4%) que, provavelmente, refere-se ao grande número de municípios novos que foram criados no Rio Grande do Sul, particularmente no segundo quinquênio da década. Em 1987 foram criados 29 novos municípios, em 1988 60 novas municipalidades surgiram e, em 1992 foram 94, totalizando 183 novos municípios em apenas cinco anos.

O desempenho favorável verificado na indústria de alimentos (10,3%), entre 1992 e 1997, reflete um fenômeno que vêm se generalizando no meio rural gaúcho que é o da agregação de valor ao produto agrícola *in natura*. Muitas vezes estas atividades ocorrem na própria propriedade ou em pequenas unidades comerciais, localizadas nas proximidades, onde os agricultores adquirem o produto agrícola e o acondicionam em embalagens para ser levado ao comércio atacadista e varejista. No Rio Grande do Sul, alguns produtos como o moranguinho, o kiwi, a uva e a banana, tiveram incrementos significativos nos anos recentes e são exemplos deste processo de incremento de atividades não agrícolas no meio rural cujas ocupações geradas são captadas no universo dos setores da indústria e do comércio de alimentos onde formam-se grupos de trabalhadores que passam a operar especificamente nestas fases da produção.

Em relação aos objetivos mais específicos, perseguidos neste trabalho, sobre a relação das atividades não agrícolas com o turismo no meio rural, pode-se mencionar o comportamento de setores como os restaurantes, que em 1981 ocupava 6.000 pessoas com domicílio rural e em 1997 passou para 9.100. Também podem ser mencionados os setores do comércio de alimentos, que entre 1992 e 1997 aumentou em 3.200 o número de

ocupados, e do emprego doméstico, que nos quinze anos do período analisado aumentou em 10.300 postos de trabalho<sup>7</sup>. Conforme antes salientado, em razão dos cortes regionais adotados pela PNAD, não é possível avançar maiores explicações sobre a relação destes setores com o turismo rural e tampouco em que sub-regiões este fenômeno é mais intenso, o que fica como recomendação para novos estudos.

Todavia, uma apreciação de conjunto permite identificar como traço geral o fato de que todos os setores listados na Tabela 3 serem atividades que requerem pessoas de baixa qualificação profissional. Outra hipótese é de que esta disseminação de serviços e pequenas atividades de agregação de valor no meio rural também permite estabelecer processos de diversificação produtiva e ampliação da divisão social do trabalho. Se assim for, é possível que em determinadas regiões a agricultura deixe de ser a única possibilidade de ocupação e emprego, pois as atividades não agrícolas passam a oferecer novas alternativas aos indivíduos que habitam no espaço rural. O que não significa afirmar que a agricultura deixará de ser importante. Ao contrário, isto pode estar indicando que uma nova divisão espacial do trabalho está em curso, que não mais se expressa na oposição conceitual tradicional entre rural e urbano, entendida como uma extensão dos antagonismos entre indústria e agricultura ou entre campo e cidade.

A hipótese da baixa qualificação da força de trabalho pode ser melhor evidenciada com a apreciação das principais ocupações não agrícolas da população rural. Neste caso observa-se que, em geral, estas ocupações são compostas pelas atividades de serviços domésticos, dos balconistas, dos ajudantes e dos serventes, entre outros, conforme indicado na Tabela 4, a seguir. Esse fato revela que as pessoas residentes no espaço rural, mesmo sem acesso a formas de treinamento específico e/ou ampliação do nível de escolaridade, estão sendo dotadas de novas habilidades profissionais, o que vêm contribuindo para alterar as formas usuais de ocupação da mão-de-obra. No Rio Grande do Sul, tanto na década de 1980 como nos anos mais recentes, verificou-se uma forte oscilação nas taxas anuais desses tipos de ocupação. Assim, como ilustração, a categoria dos professores primários passou de 6.800, em 1981 para 16.500 em 1992, observando uma taxa de crescimento anual de 8,4%,

---

<sup>7</sup> Ainda que as taxas anuais de crescimento apuradas não tenham alcançado o índice satisfatório de significância estatística, de pelo menos 20%, conforme estipulado pela equipe do Rurbano. No entanto, isso não compromete a validade dos números absolutos, que são dados divulgados pelo IBGE.

o que pode ser atribuído à formação das novas municipalidades, anteriormente mencionadas. No entanto, essas oscilações também se aplicam outras profissões como, por exemplo, os forneiros em olaria e os ambulantes, que em ambos os casos registraram quedas acentuadas entre 1992 e 1997, de 16,2% e 5,2% ao ano, respectivamente.

TABELA 4. Rio Grande do Sul. Principais ocupações não agrícolas da PEA com domicílio rural, 1981-1997 (1000 pessoas)

OCUPAÇÃO PRINCIPAL	1981		1992		1997		Taxa de crescimento (% aa.)	
	(1000)	(%)	(1000)	(%)	(1000)	(%)	1981/92 <sup>a</sup>	1992/97 <sup>b</sup>
Serviços domésticos	36,2	13,1	33,6	11,3	31,3	9,7	-0,7	0,8
Pedreiro	11,5	4,2	10,7	3,6	14,8	4,6	-0,7	4,2
Serviços conta própria	6,9	2,5	5,9	2,0	9,5	2,9	-1,5	11,1
Profes. prim grau inicial	6,8	2,5	16,5	5,6	10,3	3,2	8,4 ***	-10,4
Balconistas atendentes	9,8	3,5	12,7	4,3	12,5	3,8	2,4	1,9
Motorista	13,3	4,8	9,0	3,0	10,5	3,2	-3,5	7,1
Ajudante pedreiro	9,3	3,4	6,6	2,2	7,2	2,2	-3,0	-0,6
Servente faxineiro	4,6	1,7	6,4	2,2	7,7	2,4	3,1	-0,9
Ajudante diversos	8,3	3,0	9,9	3,3	13,3	4,1	1,5	2,2
Costureiro alfaiate	8,2	3,0	7,1	2,4	4,9	1,5	-1,3	4,6
Forneiro em olaria	7,6	2,8	9,1	3,1	3,6	1,1	1,6	-16,2 ***
Ambulante – outros	0,9	0,3	3,4	1,1	2,7	0,8	13,1 **	-5,2 ***
Diversos	4,6	1,7	9,6	3,2	6,1	1,9	6,9 *	-9,7
Sub-Total	128,0	46,3	140,4	47,3	134,3	41,4	0,8	0,1
PEA NÃO AGRÍCOLA	276,5	100,0	297,1	100,0	324,1	100,0	0,7	1,7

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Janeiro 1999

a) teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não;

b) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

\*, \*\*, \*\*\* significam respectivamente 20%, 10% e 5%.

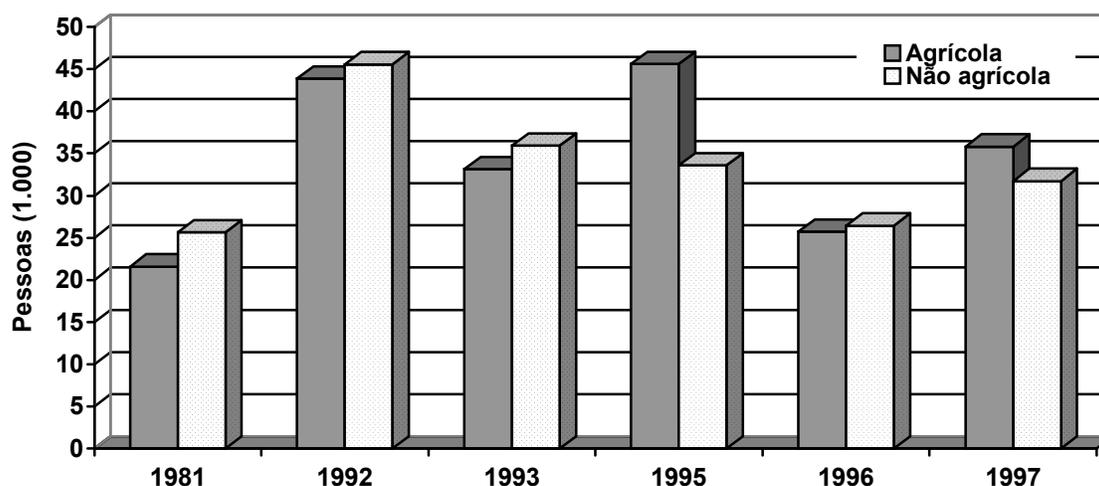
### 1.3. As Pessoas com Dupla Atividade no Meio Rural Gaúcho

Entre as diversas características da população rural que vêm sendo reveladas pela análise dos microdados das PNADs, no escopo do Projeto Rubano, talvez a que mais tenha surpreendido seja o aparecimento da categoria dos “duplo-ativos”. Ou seja, trata-se de pessoas com domicílio rural que combinam o exercício de um “trabalho principal”, ou aquele considerado indispensável, com outras formas de ocupação ou de obtenção de renda. Em muitos casos as atividades secundárias podem não passar de “bicos” ou trabalhos temporários e ocasionais, mas não é raro encontrar-se trabalhadores que de fato possuem

duas ocupações.

O Gráfico 1 indica a evolução das pessoas com dupla atividade da PEA rural gaúcha ocupada que possuem como atividade principal um trabalho agrícola ou não agrícola. A primeira verificação é a de que o grupo de duplo ativos praticamente dobrou entre 1981 e 1992 em ambos os ramos de atividades, agrícola e não agrícola. A segunda é a de que esta evolução dos duplo ativos com domicílio rural nos anos oitenta ocorreu de forma equilibrada nas duas atividades, crescendo a uma taxa de 6,7% ao ano onde a atividade principal era agrícola e 5,4% ao ano onde a atividade principal era não agrícola.

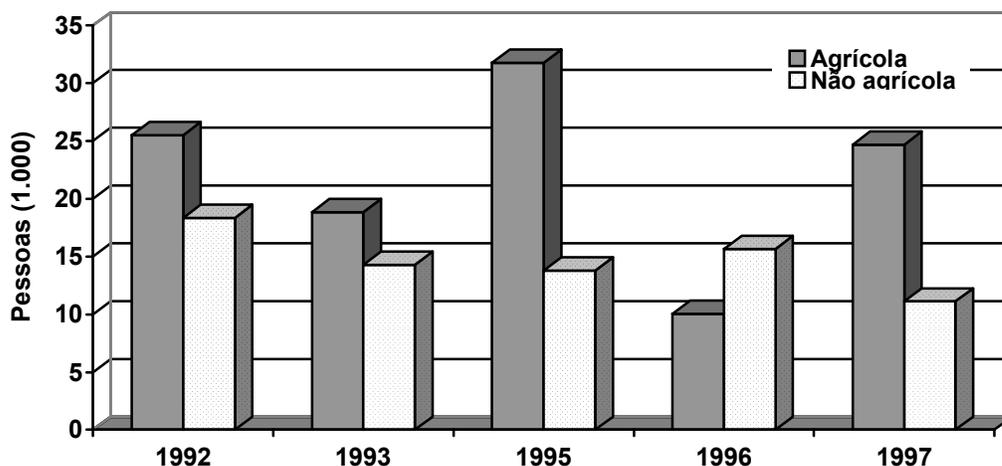
**Gráfico 1. Rio Grande do Sul. Atividade principal das pessoas ocupadas com dupla atividade na PEA rural, 1981-1997.**



Fonte: Projeto Rurbano. Tabulações especiais das PNADs

Para observar em maior detalhe a relação existente entre o trabalho principal das pessoas e as atividades secundárias optou-se por separar estas últimas em agrícolas e não agrícolas, conforme indicado no Gráfico 2, a seguir. A dupla atividade de pessoas com domicílio rural e atividade principal na agricultura oscilou significativamente, ocorrendo o maior pico no ano de 1995. Embora as taxas de crescimento sejam pouco significativas, pode-se afirmar que as pessoas com dupla atividade no Rio Grande do Sul que possuíam a agricultura como principal ocupação reduziu-se no período entre 1992 e 1997.

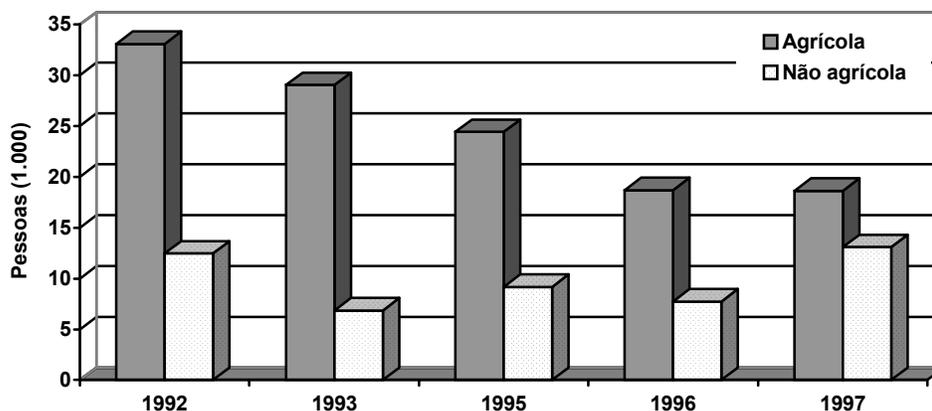
**Gráfico 2. Rio Grande do Sul. Pessoas ocupadas com dupla atividade da PEA rural cujo trabalho principal é uma atividade agrícola, 1992-1997.**



Fonte: Projeto Rurbano. Tabulações especiais das PNADs

Entre as pessoas que tinham como atividade principal um trabalho não agrícola verifica-se algo muito semelhante, pois entre 1992 e 1997 houve uma diminuição anual de 7,7% ao ano no número de pessoas duplo ativas nessa condição. Além disto, conforme indica o Gráfico 3, a seguir, a tendência de queda é muito mais acentuada entre aquelas pessoas cuja atividade secundária é uma atividade agrícola, que reduziu-se em 11,4% ao ano entre 1992 e 1997. As pessoas ocupadas em tarefas não agrícolas que têm como segunda atividade um trabalho também não agrícola mantiveram-se estáveis nos anos noventa, se comparado o ano de 1997 ao de 1992.

**Gráfico 3. Rio Grande do Sul. Pessoas ocupadas com dupla atividade PEA rural cujo trabalho principal é uma atividade não agrícola, 1992-1997.**



Fonte: Projeto Rurbano. Tabulações especiais das PNADs

Todavia, em relação às pessoas que são duplo ativas, o dado que merece ser destacado é sua importância quantitativa no Rio Grande do Sul, em face aos demais estados da região Meridional do Brasil. Somente no ano de 1997, havia 516,2 mil pessoas no conjunto dos três estados do Sul (entre domiciliados em áreas urbanas e rurais) que possuíam algum tipo de dupla atividade, das quais 263 mil encontravam-se no Rio Grande do Sul. Tomando-se exclusivamente a PEA com domicílio rural do Rio Grande do Sul, que em 1997 era de 1,163 milhão de pessoas, o número total dos duplo ativos, que combinavam atividades agrícolas e não agrícolas ao longo do ano, chegava a 67.500 pessoas (5,8%), o que é altamente relevante sob o ponto de vista do emprego e da ocupação.

## **2. O Turismo Rural: uma alternativa de emprego no meio rural**

As atividades agrícolas tradicionais já não respondem pela manutenção do nível de emprego no meio rural, como concluíram os pesquisadores, de diversas entidades científicas, que compõem o grupo de pesquisa denominado “Projeto Rurbano”. Estes estudiosos destacaram que nas duas últimas décadas o meio rural brasileiro vêm registrando um aumento de atividades não agrícolas que até pouco tempo eram consideradas marginais, devido a pequena importância na geração de renda. Essas atividades passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo agroindústrias, serviços, comunicações, etc. Dentre essas pode-se destacar o turismo rural, como uma atividade indutora do crescimento de ocupações não agrícolas no meio rural (Graziano da Silva, Balsadi, Del Grossi, 1997).

O turismo rural, conforme já destacaram Graziano da Silva, Vilarinho e Dale, constitui-se em uma atividade que une a exploração econômica a outras funções como a valorização do ambiente rural e da cultura local que, não raras vezes, são alguns de seus atrativos principais (1998). Em uma conceituação mais ampla, pode-se afirmar que o

turismo rural consiste de atividades de lazer realizadas neste ambiente. Este conceito genérico pode englobar, entre outras, as modalidades do turismo ecológico, o de aventura, o cultural, o de negócios, o destinado para jovens, o social, o de saúde e o turismo esportivo (Campanhola e Graziano da Silva, 1999).

Independente de qual definição seja a mais apropriada, o aspecto decisivo a ser considerado refere-se ao aproveitamento do ambiente propriamente rural. Deve-se destacar, contudo, que no período recente a definição do que se entende por este “espaço rural” vêm sofrendo alterações, não só pelo crescimento da importância das atividades não agrícolas, que minaram a identidade do rural com a atividade agrícola mas, também, pela associação crescente do meio rural com a qualidade de vida. Além disso, o ambiente rural também vêm incorporando aspectos relacionados ao lazer e ao ludismo que, em grande medida, estão contribuindo para redefinição de percepções simbólicas da população de extração urbana. Entre os fatores relacionados a esta transformação do meio rural estão: o aumento do tempo livre, devido às facilidades que o “mundo moderno” proporcionou através de avanços tecnológicos em diversas áreas; a ampliação e melhoria das estradas e dos meios de comunicação (especialmente as facilidades proporcionadas pelas telecomunicações) que ligam os centros urbanos ao meio rural, reduzindo o tempo dispendido na locomoção entre esses espaços; a expansão das residências “secundárias” e dos sítios de lazer ou até mesmo a criação de condomínios fechados em áreas rurais, considerados uma opção de segurança, conforto e qualidade de vida; o “estresse” e o crescente custo de vida urbano decorrente do crescimento intenso e desordenado das cidades, que faz com que a população busque ambientes mais “saudáveis” e; finalmente, para uma parcela específica da população (embora cada vez mais expressiva) a busca de um estilo de vida “exótico”, buscando o isolamento e a proximidade com a natureza.

Com relação as modalidades de turismo praticados no meio rural a literatura indica uma significativa variedade de definições, que se distinguem segundo os autores ou instituições. Segundo Campanhola e Graziano da Silva (1999), entre as modalidades de turismo rural mais salientes que vêm se destacando no meio rural brasileiro pode-se mencionar:

- Agroturismo : atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas. Exemplos: fazenda hotel, pesque-pague, fazenda de caça, pousada, restaurante típico, vendas diretas do produtor, artesanato, industrialização caseira e outras atividades de lazer ligadas a vida cotidiana dos moradores do campo;
- Ecoturismo : atividade realizada em áreas naturais que se encontram preservadas, com o objetivo específico de estudar, admirar e desfrutar a flora e fauna, assim como qualquer manifestação cultural (passada ou presente) que ocorra nestas áreas (Lascurain, apud Campanhola e Graziano da Silva, 1999).

Neste trabalho pretende-se enfatizar duas características principais. A primeira diz respeito ao potencial econômico gerado pelo turismo rural que não necessariamente exige que a região onde será implantado tenha atrativos naturais extraordinários. No entanto, requer aspectos culturais bem desenvolvidos, o que implica em oferecer ao visitante uma arquitetura apreciável, uma gastronomia característica e que a população conserve seus hábitos e costumes, tornando a região rica e atraente como um todo. A segunda característica está relacionada com a facilidade de criar postos de emprego devido à diversidade de atividades ligadas ao turismo rural. Muitas destas atividades tinham outras funções dentro da propriedade agrícola, mas com o turismo rural passam a despertar interesse e são colocadas à disposição para o comércio. Entre os exemplos de atividades que podem ser geradoras de renda para as propriedades rurais está a industrialização de alimentos caseiros (pães, bolos,ucas, roscas, queijos, embutidos, conservas, geleias, doces, mel, etc.), os restaurantes de comidas típicas, o artesanato, os passeios (de carroça ou a cavalo), as trilhas para caminhadas ecológicas, entre outros (Campanhola e Graziano da Silva, 1999).

Essa gama variada de produtos e serviços deve-se ao fato que o consumo turístico, devido a sua heterogeneidade, é dirigido para vários segmentos de consumidores simultaneamente, diversificando seus efeitos diretos sobre outros ramos da economia local. O potencial da demanda turística, junto com seu efeito multiplicador, faz com que o turismo se torne uma atividade que merece ser melhor explorada no Brasil. Segundo Lage e Milone (2000), a geração de emprego pode não ser o objetivo de todo o desenvolvimento

turístico mas, seguramente, é um dos principais resultados, visto que o turismo, como uma atividade que envolve serviços, tem uma importante capacidade de gerar novos postos de trabalho e ocupações.

Na opinião desses autores os empregos resultantes do desenvolvimento turístico podem ser divididos em três categorias:

1. empregos diretamente relacionados com a direção e o funcionamento da indústria turística;
2. empregos resultantes do desenvolvimento da indústria turística, como transportes, agricultura, bancos, etc.;
3. empregos indiretos criados pelo turismo, que surgem derivados do montante de recursos obtidos pelas atividades produtivas dos residentes locais.

Parte expressiva dos empregos diretos gerados pelo turismo normalmente exigem mão-de-obra pouco qualificada, o que quase sempre também representa baixa remuneração. Por essa razão, torna-se uma atividade com potencial para ser explorada nas áreas rurais, uma vez que a população rural, em geral, é pouco qualificada e muitas vezes receptiva a estes baixos níveis de ganho monetário. Esse fato ressalta um ponto positivo dessa atividade que é a absorção, principalmente, da mão-de-obra mais jovem residente no meio rural, podendo, inclusive, reduzir ou retardar a saída dos jovens para a cidade.

Contudo, há outros aspectos da ocupação da força de trabalho que são afetadas pelo turismo no meio rural. De um lado, o turismo pode estimular a produção de produtos alimentícios para os turistas ou para o comércio local. Por outro lado, no entanto, a agricultura ao invés de ser estimulada e alavancada pelo turismo, pode acabar substituída por outras atividades mais rentáveis, perdendo a competição em termos de trabalho e terra, especialmente em regiões geográficas desfavoráveis.

Cabe ressaltar que, é desejável que as atividades relacionadas ao turismo rural sejam complementares à atividade agrícola da propriedade. Tendo em vista a sazonalidade da atividade agrícola, e dependendo da estação do ano, o fluxo de turistas pode sofrer variações devido as características climáticas de cada região. Desta forma, há a necessidade

de administrar as duas atividades, prevenindo a frustração de expectativas que não possam ser alcançadas com o turismo rural.

Além disso, segundo Ruschmann, a atividade turística no meio rural deve ter ainda como objetivo a sustentabilidade, que na opinião da autora implica em saber administrar os ambientes, os recursos e as comunidades receptoras, afim de atender as necessidades econômicas e sociais, preservando a integridade cultural, ecológica e ambiental, para que possam ser desfrutadas pelas gerações futuras (2000, p. 72). A autora salienta ainda que para a atividade turística ser sustentável depende da preservação do meio ambiente natural, da integração da cultura com os espaços sociais da comunidade com o turismo, sem causar transformação nos hábitos e tradições característicos da região. Deve também proporcionar a distribuição equitativa dos benefícios da atividade entre a comunidade e os visitantes, gerando o aumento do nível de bem-estar para ambos.

Tendo em vista o caráter sustentável, o turismo rural familiar (organizado e qualificado), que valoriza o meio ambiente e a cultura local, torna-se uma opção para o desenvolvimento rural, contemplando os setores econômicos capazes de criar atividades comerciais alternativas, com o objetivo de proporcionar a manutenção da população nos seus locais de origem. Assim, o turismo rural apresenta a possibilidade de gerar empregos num curto espaço de tempo e a um custo razoavelmente baixo, se comparado aos demais setores econômicos, especialmente os de extração urbana (Graziano da Silva, Vilarinho, Dale, 1998).

### **3. O Turismo Rural como Alternativa de Desenvolvimento Local**

Como em toda atividade, o turismo no meio rural também possui aspectos positivos e negativos; ou seja, ele proporciona benefícios mas também pode causar conseqüências que trazem problemas para a população local. O turismo rural propicia a valorização do ambiente onde está sendo explorado por sua capacidade de destacar a cultura e a diversidade natural de uma região, proporcionando a conservação e manutenção

do patrimônio histórico, cultural e natural. Pode contribuir, neste sentido, para reorganização social e econômica local uma vez que proporciona benefícios diretos à população local que participa direta ou indiretamente das atividades relacionadas com o turismo.

Outra potencialidade inerente é a criação de mercado de consumo local para os produtos de origem agrícola, oferecendo uma alternativa para complementar a renda das famílias rurais. Esse mercado pode ser explorado através de produtos característicos da região e que tenham qualidades diferenciadas em relação aos encontrados no comércio varejista tradicional. Um exemplo, já bem sucedido em várias iniciativas deste tipo, é a venda de produtos sem agrotóxicos que enfatizam as qualidades protéicas do consumo de alimentos naturais. Além disso, este tipo de produção, por requer maiores tratamentos culturais e ocupar mais tempo de trabalho do agricultor, em geral, acaba se constituindo em um “nicho” cuja viabilidade se dá, em larga medida, embora não exclusivamente, em função dos preços mais altos pagos por consumidores de maior poder aquisitivo. Em um contexto onde se desenvolvem ações relacionadas ao turismo rural pode ocorrer uma aproximação quase direta entre o consumidor desses alimentos e o agricultor, o que favorece a ambos em termos dos preços praticados, que podem alcançar patamares mais razoáveis porque eliminam a fase de circulação das mercadorias.

A comunidade local, em geral, também é largamente beneficiada pelas iniciativas de expansão e consolidação do turismo no meio rural através da realização de obras de melhoria da infra-estrutura e pela criação ou aperfeiçoamento dos serviços oferecidos, tais como o saneamento básico, a pavimentação de estradas, o acesso às telecomunicações, a recuperação de áreas degradadas, a conservação de parques e reservas florestais, etc. (Graziano da Silva, Vilarinho, Dale, 1998; Campanhola e Graziano da Silva, 1999).

Tanto a criação de mercado para os produtos agrícolas como a valorização das características naturais e culturais e a melhoria da infra-estrutura para receber os turistas, ampliam o mercado local para absorção de mão-de-obra, que pode ocorrer tanto em atividades internas às propriedades rurais como externas. Neste sentido, alguns autores salientam que se a atividade turística não for planejada e fiscalizada pela população e pelo poder público local, ela pode acarretar impactos indesejados sobre o meio ambiente, sobre a

economia e a sociedade local<sup>8</sup>. Segundo Campanhola e Graziano da Silva, o aumento no fluxo de turistas em uma região que não está devidamente preparada para recebê-los pode causar danos ao meio ambiente como, por exemplo, no caso de uma pequena comunidade que não tenha rede de esgotos compatível com a população usuária (tanto a residente como os próprios visitantes). Neste caso, ocorre um aumento da poluição das águas pelo lançamento de dejetos nos rios, que em curto prazo de tempo pode, inclusive, provocar a redução das visitas de turistas em razão da degradação e da perda de atratividade (1999).

Em relação a comunidade local o turismo rural, se não planejado e ordenado, pode acarretar diversos tipos de danos e impactos. Em primeiro lugar, pode ocasionar a descaracterização da cultura local devido à modificação dos padrões de sociabilidade tradicionais decorrente da intensificação das relações mercantis e, sobretudo, pela ampliação dos horizontes sócio-culturais dos mais jovens, que em muitos casos acabam se recusando a seguir as práticas culturais paternas como o folclore, a língua, etc. Em segundo lugar, a comunidade local é afetada pelo aumento do tráfego de pessoas e pela ampliação da mobilidade populacional, o que nem sempre pode ser do agrado de todos. Em terceiro, é notório que o turismo rural é seletivo em relação às áreas onde ocorre sua expansão. Assim, enquanto que em localidade esta atividade pode dinamizar a economia, em outras, no entanto, pode conduzir à depressão e à crise, acentuando os desequilíbrios regionais que acabam contrariando o próprio sentido da iniciativa. Uma quarta característica que pode surgir com a expansão do turismo é o aumento da violência e do uso de drogas, típica de situações sociais de intensificação das relações humanas. Uma última consequência que pode ocorrer é o aumento do custo de vida das populações que residem de forma permanente no local, especialmente os preços das atividades de prestação de serviços e do acesso à moradia. Esses potenciais problemas podem causar fortes impactos sobre o ambiente local, embora possam ser contornados pela população local e pelo poder público através de intervenções conscientes e planejadas, devendo, portanto, ser recolhidas neste trabalho como indicação de cautela e não de desestímulo.

---

<sup>8</sup> Neste caso, este tipo de impacto é mais freqüente em situações onde ocorre a instalação de empreendimentos estranhos ao local de origem. Seria o caso, por exemplo, de parques temáticos de diversão, da exploração de recursos naturais como quedas d'água, represas e lagos formados pela intervenção humana (tipo usinas hidroelétricas) entre outros.

Uma outra consequência da expansão do turismo rural em regiões com predomínio de pequenos produtores diz respeito a valorização das terras. Em momentos de expansão, muitos agricultores aproveitam a alta dos preços fundiários para venderem suas propriedades e migrar para trabalhar nas cidades. Entretanto, em função da seletividade do mercado de trabalho urbano, em poucos anos esses mesmos retirantes são forçados a voltar para o local de origem, mas não mais na condição de proprietários. Em um estudo sobre esta situação, Teixeira constatou que na década de 1980, em Friburgo (Rio de Janeiro), muitos desses ex-proprietários regressaram às suas terras para se empregar nas chácaras de recreio ou sítios de lazer, em que foram transformadas as propriedades, na condição de caseiros, auxiliares, vigilantes, pedreiros, etc (1998).

Cabe ainda um último comentário sobre as possibilidades e efeitos do turismo rural em situações em que a população local beneficia-se muito pouco de sua introdução. Neste caso, trata-se das iniciativas que visam desenvolver o turismo em áreas rurais mas sem valorizar devidamente este ambiente. Há casos em que localidades foram transformadas e adequadas à interesses econômicos privados, em geral por agentes externos, que vêem o espaço rural e sua população como coadjuvantes desse processo. Esse tipo de iniciativa, com pouco ou nenhum benefício para a população rural, é típico de atividades turísticas que exploram certos patrimônios naturais como parques florestais, águas termais, e outros<sup>9</sup>. Neste caso, muitas vezes os turistas se dirigem para um local específico de lazer, que normalmente é de curta duração (às vezes apenas um dia), não havendo interesse em usufruir ou patrocinar outras opções ou mesmo interagir com a comunidade local.

Entre as categorias sociais que freqüentemente são as mais atingidas pelas influências negativas que o turismo rural pode trazer está o dos pequenos produtores rurais. No geral, devido à problemas de escala e acesso a recursos para reconversão ou integração, muitos agricultores familiares acabam encontrando dificuldades para participar do negócio turístico. É sabido que toda atividade comercial necessita, no início, de um investimento para poder participar do mercado criado pelo turismo. Mas os pequenos agricultores enfrentam obstáculos no acesso à programas de financiamento devido a falta de garantias para a tomada de crédito. Outro fator limitador tem sido a incapacidade de vislumbrar a

---

<sup>9</sup> Embora também hajam vários exemplos positivos e elogiáveis em relação a iniciativas deste tipo. Sobre os efeitos negativos e os impactos ambientais de iniciativas deste turismo “predatório” consultar o excelente artigo de Valayer (1997).

criação ou adequação de uma atividade ao turismo devido a sua arraigada tradição de agricultor “em tempo integral”. Além disso, a passagem muito rápida de uma atividade à outra, também pode se tornar prejudicial, pois há casos em que os ingressantes na atividade turística abandonaram por completo a agricultura, o que implicou em aumento da dependência externa e no custo de vida familiar, sem mencionar a possibilidade de comprometer o abastecimento local de produtos agropecuários.

#### **4. O Projeto “Rota Colonial” de Dois Irmãos: uma experiência de Turismo Rural na Encosta da Serra Gaúcha**

Dois Irmãos integra a zona de colonização alemã, de origem européia, do Rio Grande do Sul. O município abrange uma área de 66,8 Km<sup>2</sup> e a população total, conforme os dados do censo de 1996, é de 18.477 habitantes, sendo que a maior parte dessa população vive na área urbana e, aproximadamente, 2% vivem na zona rural (Arandt, 1999).

Nos arredores do núcleo urbano, encontram-se propriedades rurais familiares de pequeno tamanho (82,7% dos estabelecimentos rurais tem menos de 20 hectares) desenvolvendo a olericultura, com o uso do arado de tração animal e também a mecanização, produzindo principalmente aipim, verduras e legumes, milho, batata e cebola, associados à criação de suínos, gado leiteiro e gado bovino, apesar de pequeno número de animais por propriedade. Outra atividade agrícola de destaque no município é o cultivo da acácia-negra (acacicultura), que atingiu seu ápice nas décadas de 1970 e 1980 em virtude da demanda pela casca desta árvore para produção de tanino (tanante, produto químico extraído da casca) utilizado no curtimento do couro para a indústria coureiro-calçadista. Com a crise deste setor na primeira metade da década de 1990 a demanda por acácia-negra

diminuiu<sup>10</sup>. Atualmente, a acácia-negra ainda constitui-se em produto agrícola de importância para a região pois, além de sua casca ser utilizada para extração de tanino, a madeira é aproveitada como fonte de energia na secagem do couro nos curtumes ou em olarias, panificadoras, na produção de carvão vegetal e, mais recentemente, na produção de celulose (Schneider, 1999a). Apesar de uma relativa diversificação, o ramo industrial de maior destaque é o coureiro-calçadista. Mas não menos importante são as empresas prestadoras de serviços, bem como aquelas ligadas à gastronomia.

Nos últimos anos, as autoridades locais passaram a conferir importância ao desenvolvimento do turismo com a integração de Dois Irmãos à Rota Romântica<sup>11</sup>. Partindo desse projeto, criou-se, dentro do município, a Rota Colonial “Baumschneiss<sup>12</sup>”, iniciando-se a partir de então o turismo rural no município.

A Prefeitura Municipal de Dois Irmãos procura no turismo rural uma forma de se integrar na economia turismo da região serrana gaúcha. Além disso, o turismo rural constitui-se em uma maneira de aproveitar os recursos disponíveis na localidade, especialmente aqueles que resgatam a identidade com a colonização alemã. Também pode-se mencionar a tentativa de patrocinar uma alternativa aos agricultores familiares da cidade, especialmente aos mais jovens, que praticamente haviam abandonado a agricultura e estava trabalhando nas indústrias de calçados. Em virtude da crise que se abateu sobre este setor a partir da política cambial adotada em 1994 (com a valorização da moeda nacional em relação ao dólar), houve redução do volume de calçados vendidos para o exterior e um aumento do desemprego na região, o que também atingiu o meio rural.

Ademais, o município está numa localização privilegiada pois, encontra-se a menos de 60 Km de distância da capital do Estado (Região Metropolitana) e na rota que liga Porto Alegre a Serra Gaúcha. Esta localização, segundo Labat e Perez (1994), é um aspecto positivo porque o turismo rural só gera atividades que permitem o desenvolvimento

---

<sup>10</sup> A valorização do real em relação ao dólar, no plano Real (1994), deflagrou uma crise no setor calçadista devido ao aumento do preço do calçado brasileiro em relação aos concorrentes, reduzindo drasticamente o volume exportado dos calçados produzidos no Vale dos Sinos - RS.

<sup>11</sup> A Rota Romântica é um roteiro turístico integrado por 13 municípios (São Leopoldo, Novo Hamburgo, Estância Velha, Dois Irmãos, Ivoti, Morro Reuter, Santa Maria do Herval, Picada Café, Presidente Lucena, Nova Petrópolis, Gramado, Canela e São Francisco de Paula), com 273 Km de extensão, de São Leopoldo a São Francisco de Paula.

<sup>12</sup> Tradução: “Linha ou Picada do Baum”. Este nome está relacionado com o primeiro morador da “Linha de Dois Irmãos”, que se instalou na região por volta de 1825, ou seja, antes da chegada do primeiro grupo de colonos alemães na localidade (1829).

econômico quando se localiza em núcleos próximos à cidades, como no caso Porto Alegre e Novo Hamburgo e as demais cidades que compõem a região metropolitana. Esse aspecto foi comprovado por uma pesquisa realizada no município de Dois Irmãos, onde foram entrevistados turistas que visitavam a cidade<sup>13</sup>. Nessa pesquisa constatou-se que 39,20% dos entrevistados residiam em Porto Alegre ou Novo Hamburgo e, 79,60% do universo da pesquisa eram oriundos da região metropolitana e os 7,40% restantes eram de outras localidades do interior do Estado.

Neste contexto, o turismo rural surge no município como uma possibilidade de criar novos postos de emprego para absorver a mão-de-obra dispensada das indústrias de calçados e promover a permanência da população jovem na área rural, além da necessidade de aproveitar as características ambiental, cultural e social. Assim, a opção seguida pelas lideranças políticas locais foi a de desenvolver um projeto de “turismo sustentável no meio rural”, que consta no Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico da “Rota Colonial Baumschneiss”, de 1999.

#### **4.1. A “Rota Colonial Baumschneiss”**

Com potencial turístico apreciável, Dois Irmãos, conhecido como a capital do “Café Colonial”, buscou desenvolver o turismo no meio rural em propriedades de agricultura familiar, visando a complementaridade com a atividade agrícola. Embora o projeto fosse liderado pela Prefeitura Municipal com a colaboração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Emater local, logo constituiu-se um grupo de coordenação e execução das atividades ligadas ao turismo rural que recebeu o nome de Associação da Rota Colonial, que composta pelos agricultores que desenvolvem alguma atividade ligada ao turismo no meio rural em suas propriedades situadas na localidade Travessão “Rübenich”. A participação multistitucional vem de encontro as afirmações e sugestões de autores como Tulik (1997), que defendem a participação e engajamento da comunidade local nas iniciativas. A idéia é que a população rural colabore ativamente na organização e na

---

<sup>13</sup> Pesquisa do perfil do turista de Dois Irmãos realizada em 1999.

administração de programas de desenvolvimento turístico para que os benefícios econômicos possam ser atribuídos e compartilhados coletivamente.

Originalmente, o Projeto “Rota Colonial” iniciou-se no escopo do Programa Turismo Com Qualidade, desenvolvido pelo Sebrae/RS, e financiado pela Prefeitura Municipal e pelo Sindicato do Trabalhadores Rurais. Durante o desenvolvimento desse programa, os moradores do Travessão “Rübenich” vislumbraram a possibilidade de instalar nessa localidade, que no passado foi o principal caminho de chegada dos imigrantes alemães, vários tipos de atrações turísticas como pousadas, pesque-pague, passeios à cavalo, passeios de carroça e de “jeep”, artesanato colonial, cervejaria caseira, entre outros.

O principal objetivo do projeto Rota Colonial é desenvolver junto à comunidade do bairro Travessão “Rübenich” o turismo rural sustentável ressaltando as características ambientais, culturais e sociais, patrocinando sua preservação e, sobretudo, criando perspectivas econômicas para a população jovem residente na localidade<sup>14</sup>. Como salienta Greffe, estas iniciativas “...geram empregos para a mão-de-obra local fazendo reverter, em certos casos, o processo do êxodo rural de jovens, que não precisam mais migrar para as grandes cidades em busca de emprego” (1994, apud Ruschmann, 1998, p. 50).

Para a elaboração, definição e implantação da Rota Colonial e das atividades relacionadas ao turismo rural foi necessária a execução de uma série de atividades que preparassem a comunidade e os agricultores para iniciar a exploração do turismo. Essas iniciativas foram vencidas paulatinamente e de modo sucessivo, cabendo citar:

1. reconhecimento dos locais com potencial turístico;
2. levantamento das condições sanitárias dos estabelecimentos comerciais;
3. formação e treinamento dos moradores para receber os turistas<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Além deste objetivo geral, existem outros (específicos) a serem alcançados, a saber: a) motivar e sensibilizar a comunidade para a importância do turismo, não só como uma atividade econômica, mas, também, como uma forma de preservação do patrimônio natural e cultural da região; b) reconhecer as características sociais, culturais e econômicas da comunidade local; c) diagnosticar as dificuldades para implantar a atividade turística; entre outros.

<sup>15</sup> Nessa etapa foi ministrado o curso “Condutor da Rota Colonial” com 51 horas/aula, com as seguintes disciplinas: 1) a importância do meio ambiente; 2) saneamento básico; 3) manejo e conservação de solos e águas; 4) saúde e higiene; 5) primeiros socorros; 6) prevenção de incêndios e acidentes; 7) relações humanas; 8) noções da história local; 9) fundamentos do turismo; 10) “marketing” e planejamento; 11) formação de preço; 12) qualidade no atendimento e; 13) etiqueta e boas maneiras.

4. elaboração de um plano de “marketing” e de comercialização da Rota Colonial “Baumschneiss”;
5. avaliação das etapas anteriores procurando identificar possíveis complicadores para o desenvolvimento sustentável do projeto.

Para uma melhor avaliação e administração desse projeto foi estipulado um período de adaptação dos agricultores e agentes a nova realidade do turismo rural para, posteriormente, promover a inauguração formal e definitiva. Essa primeira fase compreende o período entre setembro de 1999 a março de 2000 e seu funcionamento ocorreu de forma provisória, tendo em vista o caráter experimental. A segunda fase, e definitiva, iniciar-se-á em março de 2000, já com todos atrativos a disposição dos turistas.

Esse procedimento, de dividir em fases a implementação de um projeto de desenvolvimento do turismo rural, é recomendado por vários autores não apenas como uma forma eficaz de planejamento e implementação mas que também favorece seu acompanhamento e permite controlar sua evolução (Ruschmann, 2000, p. 74).

#### **4.2. Alguns resultados preliminares do Projeto Rota Colonial**

Com a implementação da Rota Colonial surgiram, inicialmente, quinze novos estabelecimentos comerciais. Interessante notar que estes estabelecimentos eram essencialmente propriedades familiares do meio rural Dois Irmãos que vendiam ou comercializavam apenas pequenas quantidades de produtos agrícolas. Com a Rota Colonial, mesmo em sua fase experimental, estas propriedades passaram a oferecer outro tipo de produtos e serviços e a se relacionar de modo distinto com os visitantes, que passaram a ser tratados como turistas. Segundo o projeto original, estima-se que deverão ser criados 63 empregos diretos e 126 indiretos, estes constituídos de fornecedores de produtos agrícolas como massas, leite e outros.

A seguir é apresentada uma lista dos empreendimentos comerciais e suas características que já estão funcionando em regime experimental e dos quais espera-se uma

contribuição expressiva ao impulso do desenvolvimento do turismo rural sustentável no meio rural da cidade de Dois Irmãos<sup>16</sup>:

- a) Casa “Dienstmann”- funcionará como centro de interpretação da Rota Colonial, cafeteria, além de ser um atrativo arquitetônico;
- b) Moinho “Collet”- terá como atrativos, além de sua arquitetura, a exposição de fotografias, documentos, além da demonstração do funcionamento do moinho. Como atividade comercial haverá a venda de camisetas, potes de farinha e farinhas;
- c) Propriedade rural “Stoffel” – o turista fará passeios a pé conhecendo as instalações de uma típica propriedade rural, além disso, poderá entrar em contato com animais ou até mesmo participar de algumas atividades diárias da vida de um agricultor. Essa propriedade se destinará a comercialização de produtos coloniais, como: verduras, frutas, doces e embutidos<sup>17</sup>;
- d) Armazém “Scholles” – com sua arquitetura típica da colonização alemã, esse estabelecimento terá em exposição fotos antigas. Também poderão visitar à sala da barbearia, que ainda encontra-se em funcionamento, além da degustação de bebidas típicas da região;
- e) Casa da Carreta – como atrativos esse empreendimento contará com uma exposição de fotos antigas e textos sobre a história da família. Haverá a demonstração do fabrico de rodas de carreta e a comercialização de artigos de madeira, brinquedos rústicos e rodas de carreta para jardim e luminária;
- f) “Camping” 7 Amigos – terá como atrativos passeios de charrete e cavalo, pesque e pague e “camping”. Além dessas atividades haverá um local destinado a venda de lanches aos turistas;

---

<sup>16</sup> Além desses empreendimentos que de um modo ou outro irão comercializar produtos e serviços, a Rota Colonial prevê ainda quatro atrativos que são destinados à visita dos turistas, são eles: a Ponte de Pedra, cuja construção data de 1855 e possui grande valor histórico e arquitetônico; o Cemitério Evangélico, também construído no século passado, em 1854, onde estão sepultados alguns imigrantes oriundos da Alemanha; o Museu Histórico Municipal, onde encontra-se o acervo da colonização alemã em Dois Irmãos e; a Igreja da Matriz São Miguel, também construída no século passado.

<sup>17</sup> No caso dos embutidos há uma preocupação em relação a fiscalização sanitária, podendo dificultar a comercialização de derivados de origem animal, não só nessa propriedade como em outras que se destinam a comercialização desses produtos. Nesse caso, o município talvez poderia seguir o exemplo apresentado no trabalho de Campanhola e Graziano da Silva (1999), que apresentam o exemplo do município de Venda Nova do Imigrante (ES) onde, através de aprovação de lei municipal, transferiu-se da esfera federal à municipal a responsabilidade pelo serviço de inspeção de sanidade animal, viabilizando assim a comercialização de produtos de origem animal nas propriedades e no próprio município.

- g) Casa do Artesão – destina-se a venda de artesanato e a exposição de fotos de época;
- h) Casa das Cestas de Café da Colônia – além da arquitetura típica da região, outro atrativo será a comercialização de cestas de café colonial, com produtos típicos da gastronomia alemã;
- i) Salão “Jacob Feiten” – serão servidos e comercializados no local, produtos exclusivamente da colônia;
- j) Casa “Rübenich” – terá como principal atrativo o autêntico café colonial de Dois Irmãos;
- k) Colha e Pague – o visitante poderá colher hortigranjeiros e passear de “jeep” na propriedade. Ainda comercializará verduras sem agrotóxicos, melado, açúcar mascavo e mel;
- l) Convento Doce – atividades relacionadas ao público infantil, com cenários próprios de histórias infantis inspirados na “Genoveva de Brabante” (conto infantil alemão);
- m) Mundo dos Ovos – comercialização de ovos da colônia colhidos pelos próprios turistas e venda de pães, cucas, e bolos;
- n) Atelier de Arte – os turistas poderão adquirir telas e produtos artesanais decorados com motivos da colônia;
- o) Passeio de Carroção – onde o turista visitará o morro Dois Irmãos em carretas com rodas de chapa. Durante o percurso o condutor contará a história da colonização do município.

Quanto ao funcionamento o roteiro desenvolve-se num trajeto de 7 Km, que se inicia no centro da cidade de Dois Irmãos com a recepção feita por guias de turismo locais e por uma banda de música alemã. O itinerário da Rota Colonial é percorrido de ônibus (tipo jardineira), atualmente já operando nos finais de semana, que leva os turistas à todas as propriedades e empreendimentos acima relacionadas, garantindo assim o afluxo de turistas às propriedades. Esse roteiro dirigido facilita a administração das visitas aos agricultores que podem se organizar para conciliar as atividades agrícolas com as de recepção dos turistas. Este esquema não permite a discriminação e a concorrência entre as

---

propriedades, além de propiciar a regularidade na frequência de visitantes a todas propriedades.

Como pôde-se observar, o turismo rural desenvolvido no município de Dois Irmãos, ainda em sua fase introdutória, está diretamente relacionado com a agricultura familiar, permitindo a complementaridade entre as duas atividades. Até porque os principais atrativos da Rota Colonial são as propriedades familiares rurais que oferecem atrativos naturais, culturais e produtivos aos seus visitantes.

## **5. Considerações Finais**

Os dados apresentados na primeira parte deste trabalho contribuem para romper com a idéia de que o espaço rural se resume ao conjunto de atividades ligadas à agricultura e à pecuária. Amparando-se nos dados da PNAD, concluiu-se que as atividades não agrícolas que mais cresceram, no período analisado, no espaço rural gaúcho são aquelas associadas ao setor de serviços. Em relação a setores específicos pode-se destacar o crescimento positivo do setor da indústria de alimentos (12,2% entre 1992-97).

Tanto o setor de serviços como o da indústria de alimentos estão relacionados com o turismo rural. O setor de serviços é o que mais se beneficia da atividade turística pois, as ocupações mais comuns são os serviços domésticos, balconistas, ajudantes e serventes. Com relação a indústria de alimentos, um fato interessante é a disseminação no meio rural da agregação de valor ao produto agrícola *in natura*, através de pequenas indústrias “caseiras” que se localizam, na sua maioria, em regiões onde há a exploração da atividades turísticas. O que mostra a importância dessa atividade para garantir emprego e renda e promover a permanência da população no meio rural.

A atividade turística no meio rural que se desenvolva harmoniosamente com a agricultura e, em regiões que apresentem características compatíveis às necessárias ao desenvolvimento desta atividade, pode alavancar a economia local gerando aumento na oferta de emprego e conseqüentemente elevando o nível de vida da população atingida. O

turismo rural sendo planejado, organizado e administrado, com coerência e responsabilidade, tem condições de ser um instrumento valioso para promover o desenvolvimento de regiões que estão às margens do crescimento econômico.

O turismo rural pode ter a função de indutor de desenvolvimento e de preservação, pois tem o papel de conservar, manter e valorizar o patrimônio histórico, cultural e natural da região onde está sendo explorado. Também proporciona benefícios à população local, com melhorias na infra-estrutura e nos serviços oferecidos, além de criar mercado para os produtos agrícolas. Em contrapartida, ele pode trazer transtornos à comunidade através da influência dos turistas, como por exemplo, os impactos sobre o meio ambiente, o aumento do custo de vida e descaracterização de determinados traços culturais da sociedade local.

A introdução do turismo na área rural em Dois Irmãos apresenta grande potencial para a valorização e o fortalecimento da agricultura familiar, indicando ser capaz de, mesmo em caráter preliminar, mobilizar a comunidade local para incrementar e criar novas atividades no espaço rural. O turismo rural apresenta condições favoráveis para combater o êxodo rural, pois revitaliza o ambiente, valorizando o trabalho do homem do campo através da agregação de valor aos produtos agrícolas. Além disso, “re-semantiza” o significado da cultura local e fortalece o associativismo entre os indivíduos envolvidos no programa de desenvolvimento do turismo rural patrocinando e dirigido pela Associação da Rota Colonial. Mais do que isso, no caso concreto apreciado, parece ser uma atividade com potencial de complementar as rendas agrícolas e não agrícolas, apontando na direção da ampliação da pluriatividade das unidades familiares rurais.

A proposta de turismo rural em desenvolvimento na cidade de Dois Irmãos apresenta as condições de organização e planejamento recomendadas na bibliografia analisada neste trabalho. A implementação da Rota Colonial buscou garantir um suporte técnico aos novos estabelecimentos gerados, mostrando-se consciente da necessidade de desenvolver um programa de turismo fundado na participação efetiva dos atores sociais envolvidos. Também houve o cuidado em preparar os agricultores, receptores diretos dos visitantes, e a comunidade local para desenvolver o turismo. Este planejamento baseou-se em pesquisa de diagnóstico do perfil dos turistas que visitam a cidade de Dois Irmãos, na realização de estudos prévios para identificar os locais com potencial turístico e,

finalmente, a preparação da população e agentes com cursos para qualificação e aprimoramento das pessoas envolvidas diretamente na atividade turística.

O turismo rural sustentável é uma atividade complexa que sugere a integração do homem com o ambiente natural. Esta prática exige como requisitos a capacitação e qualificação da mão-de-obra, melhorias na infra-estrutura, programas de divulgação e conscientização, legislação adequada, conhecimento científico, entre outros. Estas demandas também impõem a necessidade de aprofundar os estudos relativos ao turismo rural no Brasil, uma vez que o país conta com um potencial apreciável neste setor que, se for bem aproveitado, poderá promover várias formas de desenvolvimento. Uma destas, que parece estar entre as mais apropriadas, é a complementariedade entre o turismo rural e as atividades agrícolas e não agrícolas, analisada neste trabalho, que podem estimular a pluriatividade e incrementar os níveis de qualidade de vida para população rural. Há, contudo, a necessidade de envidar maiores esforços de pesquisa para conhecer melhor estas potencialidades, seus desafios e os possíveis impactos do turismo para que ele se torne uma opção viável de desenvolvimento para as áreas rurais.

## 6. Bibliografia

- ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M.; FROEHLICH, J. M., (orgs.). **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Maria (RS): Centro Gráfico, 1998. p. 11-47.
- ANJOS, F. S. **Agricultura familiar em transformação: os colonos-operários de Massaranduba (SC)**. Pelotas, UFPEL, 1995.
- ARANDT, C. M. **História da Colonização de Dois Irmãos**. Dois Irmãos (RS). 1999. p. 56.
- BENETTI, M. D. Rio Grande do Sul: subsídios para a formulação de uma política para o desenvolvimento sustentável da agricultura estadual. In: As contas regionais & o desempenho da economia gaúcha em 1998. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, FEE, v. 26, n.4, 1999. p. 188-195.
- CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J.. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. In: Iº Congresso Brasileiro de Turismo Rural. **Anais**, Piracicaba (SP): FEALQ, 1999. p. 9-42.
- CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro, Contracapa, 1998.

- CARNEIRO, M. J. T. Política de desenvolvimento e o “novo rural”. In: SEMINÁRIO “O NOVO RURAL BRASILEIRO”, 1999, 25 páginas, Campinas. Trabalho apresentado em evento.
- CARNEIRO, M. J. T. Ruralidade: novas identidades em construção. In: XXXV CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, **Anais...** Natal, Sober, 1997, p.147-185. Trabalho apresentado em Congresso.
- DEL GROSSI, M. E. **Evolução das ocupações não agrícolas no meio rural brasileiro: 1981-1995**. Campinas, UNICAMP, 1999. 222 p. Tese (Doutorado em Economia) Instituto de Economia da UNICAMP.
- GRAZIANO DA SILVA, J. et alii. Meio rural paulista: muito além do agrícola e do agrário. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.10, n.2, p.60-72, 1996.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, 1999 (Coleção Pesquisas, 1).
- GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.7, n.1, p.43-81, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, J., DEL GROSSI, M. E. **Evolução da renda nas famílias agrícolas e rurais: Brasil, 1992-1997**. São Paulo, 1999. 20 p. Trabalho apresentado na ANPEC.
- GRAZIANO DA SILVA, J.; BALSADI, O. V.; DEL GROSSI, M. E.. O Emprego Rural e a Mercantilização do Espaço Agrário. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo. 11(2) 50-64, (abr./jun.), 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, J.; VILARINHO, C.; DALE, P. J.. Turismo em Áreas Rurais: Suas Possibilidades e Limitações no Brasil. In: Almeida, J. A.; Riedl, M.; Froehlich, J. M., (orgs.). **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Maria (RS): Centro Gráfico, 1998. p. 11-47.
- KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Economia Aplicada**, São Paulo, v.2, n.3, p.515-551, jul./set. 1998.
- LABAT, J.L. F-C. e PEREZ, S.F.O. Mercado de Trabajo Agrario y Desarrollo Rural. **Revista de Estudios Agro-Sociales**. Madrid (Espana). 1994. p. 89-118.
- LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C.. Impactos Socioeconômicos Globais do Turismo. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C., (orgs). **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000. p. 117-131.
- ROQUE, A.M., VIVAN, A.M. O Turismo no espaço rural : uma estratégia para a nova gestão rural brasileira. **Revista de administração da UFLA**, Lavras/MG, v.1, n. 1, p. 13-32, jan/jun, 1999.
- RUSCHMANN, D. V. M.. Gestão da capacidade de carga turístico-recreativa como fator de sustentabilidade ambiental – o caso da ilha João da Cunha. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C., (orgs). **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000. p. 71-79.
- RUSCHMANN, D. V. M.. O Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. In: Almeida, J. A.; Riedl, M.; Froehlich, J. M., (orgs.). **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Maria (RS): Centro Gráfico, 1998. p. 49-56.

- SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização:** pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1999a.
- SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade.** Porto Alegre, Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFRGS, 1999b.
- SCHNEIDER, S. **Os colonos da indústria calçadista:** expansão industrial e as transformações da agricultura no Rio Grande do Sul. Campinas, Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1994.
- SCHNEIDER, S., NAVARRO, Z. Emprego Agrícola e Novas Formas de Ocupação no Meio Rural do Rio Grande do Sul: uma análise a partir dos dados das PNADs de 1981 a 1997. In: SEMINÁRIO “O NOVO RURAL BRASILEIRO”, 1999, Campinas. Instituto de Economia da UNICAMP, 24 e 25 de março de 1999, 65 p. Trabalho apresentado em evento.
- TEIXEIRA, V. L. Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado em Sociedade e Agricultura). Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, UFRRJ, 1998.
- TULIK, O. Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. In: RODRIGUES, A. B., (org). **Turismo e Desenvolvimento Local.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1997. p. 136-143.
- VALAYER, D. Pour une révolution du tourisme. **Le Monde Diplomatique**, Paris, juillet, p. 32, 1997
- WANDERLEY, M.N.B. O “lugar” dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: XXXV CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, **Anais...** Natal, Sober, 1997, p.90-113. Trabalho apresentado em Congresso.